
UM ESTUDO HISTÓRICO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E CLASSE

MATOS, Vanessa Cristina Santos¹

Resumo: Compreender a história das sociedades humanas perpassa o estudo da condição de exploração de classe e opressão de gênero. Da articulação com o movimento feminista foram novas perspectivas acadêmicas, olhares, metodologias e a re-visitação de conceitos, o que perpassa uma contínua trajetória percorrida (*pari passo*) entre o feminismo, enquanto reafirmação das lutas e direitos das mulheres, e as ciências (reprodutora de verdades), em todos os âmbitos da sociedade. Daí os conflitos, dilemas, limites e avanços inerentes a um novo campo. O conceito de classe que necessitava ser re-apropriado, e as novas possibilidades, com a inserção da categoria social gênero (para pensar as relações a partir das dinâmicas distintas entre os sexos).

Palavras-chave: História – Metodologia – Fontes históricas – Gênero e Classe.

Abstract: Understanding the history of human societies contains the study of the condition of class exploitation and oppression of gender. The articulation of the feminist movement news academic perspectives, eyes, methodologies and re-visitation of concepts, which contains a trajectory continues travelled (*pari step*) between the feminism as a reaffirmation of the rights and struggles of women, and science (replication of truths) in all spheres of society . Hence the conflicts dilemmas, setbacks and advances inherent in a new field. The concept of class homogenizing, it required be broken, and new possibilities with the integration of the social category gender (to think relations from different dynamic between the sexes).

Key-words: History – Methodology – historical sources – Gender and Class.

A proposta deste artigo é refletir sobre a importância histórica do diálogo entre dois conceitos ou categorias de análise histórica essenciais para a compreensão do conjunto das relações humanas, “resgatando” a trajetória das mulheres na história, e identificando e percebendo-a, como espaço de permanências, rupturas e mudanças, em que homens e mulheres são sujeitos, inseridos em contextos e tempos específicos.

A produção historiográfica acerca do cotidiano das mulheres trabalhadoras é um fenômeno recente. Data da efervescência das lutas feministas e da iniciativa de situar na história vivências e experiências femininas antes silenciadas. A história tradicional negligenciou a trajetória das mulheres, reforçando / legitimando a divisão da sociedade

em duas esferas: a pública e a privada. A primeira, por excelência o lugar da história, o espaço privilegiado das questões políticas e econômicas e, a segunda, referente ao espaço doméstico/familiar (PINTO, 1992).

Incitar o debate sobre o papel da mulher no tempo e espaço acadêmico e histórico, além de contribuir para a desconstrução de uma mentalidade que reforça as assimetrias / hierarquias sociais baseadas no sexo, atribuindo papéis e definindo o lugar na sociedade e por sua vez na história para homens e mulheres. É o caminho de construção de uma contra-hegemonia no cerne das ciências sociais dominada pelo viés androcêntrico. Assim esse artigo visa “repensar” a historiografia a partir do enfoque de gênero e classe, sustentando teoricamente a viabilidade dessa relação.

A produção do conhecimento histórico é um processo que tem como premissa a dialética. Em que a historicidade dos acontecimentos nas sociedades é contínua e descontínua, permeada de transformações, que constituem o primeiro passo para encaminhar um método dos estudos das relações sociais e feministas (DIAS, 1994, p.36). Assim, pensamos a história numa perspectiva relacional e na importância dos sujeitos sociais como força motriz dessas relações partindo do pressuposto de que a construção do ser social só é objetivada através do seu lugar no processo social de produção dos bens necessários a sobrevivência e na reprodução da própria existência (ANDRADE, 2000, p. 21), no contexto da luta de classes e nas relações hierarquizadas entre os “sexos”.

A perspectiva de inclusão de categorias socialmente marginalizadas dos processos históricos instigou-nos a estudar fenômenos acerca das relações entre homens e mulheres em sociedade. As abordagens dos trabalhos acadêmicos durante muito tempo excluíram a presença feminina, invisibilizando a sua participação, colocando-as como passivas e condicionadas às atribuições ideologicamente e sócio-culturalmente constituídas, e que por sua vez se materializavam em práticas sociais de opressão. Evidenciando-se a necessidade, o compromisso acadêmico em “trazer a luz da história” as experiências femininas, incorporando a trajetória e as suas lutas aos processos históricos. Dessa forma as historiadoras feministas orientaram as bases para a desconstrução dos papéis sociais, primeiro com a história das mulheres e mais tarde com a categoria de análise gênero.

Em relação aos estudos que circundam a temática classe trabalhadora e as suas movimentações na Primeira República na Bahia, com o corte de gênero, é notável o silêncio por parte da historiografia, o que nos inspira a possibilidade de mergulhar em mares pouco navegados, descortinando uma temática em aberto pela insuficiência de trabalhos, ao mesmo tempo em que representa um grande desafio, pelos riscos próprios de um novo campo e, portanto com restritos referenciais a nos instrumentalizar.

Estudar a as movimentações operárias a partir desses sujeitos requer pressupostos teóricos e metodológicos que abarquem o ser social a partir do seu lugar de gênero e classe. Para tanto, é fundamental estabelecer diálogo com as fontes, problematizando-as. Paralelamente buscando bibliografias que serão de muita utilidade para aprofundar os estudos sobre as teorias de gênero articuladas as de classe, identificando a diversidade de documentações que esse tipo de abordagem proporcionou aos estudos históricos (SAMARA; SOHIET; MATOS, 1997, p.101).

O/a historiador /a ao debruçar-se sobre o seu objeto procurando respostas as inquietações do seu problema, carrega em sua essência inclinações ideológicas, valores, próprios da subjetividade humana. Assim como as fontes históricas produzidas por determinadas gerações carregam em seu conteúdo uma visão de mundo e no caso da memória social esta é seletiva e parcial. Assim, as matérias dos jornais, revistas, cartas, atas, estatutos, relatórios e censos e a própria história oral não refletem à verdade absoluta de uma determinada época, mais sim são instrumentos que articulados nos proporcionam analisar e entender os acontecimentos. Diante mão, saliento a sensibilidade que devemos ter para dar visibilidade à ação das mulheres, identificando-as em documentos produzidos por homens dentro de uma perspectiva androcêntrica de sociedade: “A história do desenvolvimento da sociedade humana foi narrada quase sempre pelos homens e a identificação dos homens com a ‘humanidade’ tem tido como resultado, quase sempre, o desaparecimento das mulheres dos registros do passado” (SCOTT, 1992 a, p. 39).

Das fontes históricas os jornais são sem dúvida uma importante ferramenta a pesquisas sobre a classe operária (em formação) no início do século XX no Brasil. Constituindo-se em verdadeiros “arquivos do cotidiano”, fragmentos de uma realidade que se pretende conhecer. A periodicidade de circulação do conteúdo das materiais nos

permitirá acompanhar a memória do dia a dia, a ação dos sujeitos sociais estabelecendo uma cronologia dos acontecimentos (ESPIG, 1998, p. 274).

Outro importante registro a ser feito é em relação à imprensa periódica, partindo do princípio de que esta não é um veículo imparcial da realidade política a qual se insere. Assim, a análise da cobertura jornalística dada às greves e aos seus sujeitos deverá atentar a ausência de neutralidade dos órgãos de imprensa, que em alguns casos, pode servir inclusive como instrumento de manipulação e de intervenção da vida social (LUCA, 2005, p. 118).

Como já destacamos a imprensa periódica é um espaço de poder que controla, classifica, seleciona, ordena, estrutura e elege o que é digno de se chegar ao público (LUCA, 2005, p. 118), cabendo ao/a historiador/a dispor de ferramentas teórico-metodológicas que dê condições de fazer a análise do discurso, cruzando as informações e partindo do entendimento de que o discurso não cria o mundo, apropria-se deste e lhe proporciona múltiplos significados (Cf. RAGO, 1998, p. 27) a partir de determinados interesses. Assim, serão percebidas as disputas políticas, o jogo de poder, e os interesses colocados enquanto instrumento de legitimação de um modelo de sociedade.

Pamplona (1996) caracteriza como competência do (a) historiador (a), de não deixar de colocar em questão a diversidade das fontes, problematizando-as, sem hierarquizá-las na busca de uma abordagem pertinente ao objetivo deste trabalho. Possibilitando uma multiplicidade de visões e diálogos entre elas.

Em relação à questão teórica articulamos o conceito clássico de classe a categoria de análise histórica: gênero. Através da re-significação dos processos de produção e reprodução, e assim formulando análises sobre os mecanismos históricos de legitimação das desigualdades entre mulheres e homens.

Para interpretar esta realidade de opressão e exploração, estudiosas (os) construíram conceitos ou categorias de análise, suporte para compreender os fenômenos históricos e transformá-los. Para assim trazer da história experiências coletivas, recuperando os mecanismos das relações entre os sexos, o cotidiano e as contribuições de cada qual aos processos históricos.

As teóricas feministas, no decorrer de sua trajetória acadêmica, travam uma disputa demarcadamente ideológica por novas perspectivas e olhares no que tange a produção do conhecimento, questionando referenciais homogeneizantes, o

androcentrismo, a exclusão das mulheres na história e a sua condição de subordinação na sociedade. A ocupação desses espaços através desse novo campo de pesquisa mexe com as estruturas de poder acadêmicas que se baseiam na autoridade masculina, refletindo-se em novas práticas sociais. “A expansão dos estudos sobre a mulher vincula-se a uma redefinição do político ante o deslocamento do campo do poder das instituições e do Estado para a esfera do privado e do cotidiano” (SAMARA; SOHIET; MATOS, 1997, p. 89).

A perspectiva de uma abordagem que situe os “novos” sujeitos sociais, Fazendo reflexões a partir de “um olhar” que desconstrua as desigualdades no campo das ciências humanas. Onde as mulheres tiveram a sua trajetória invisibilizada por serem socialmente consideradas passivas e condicionadas às determinações de sua biologia.

A expansão dos estudos que incorporam a mulher e a categoria analítica gênero na historiografia é um fenômeno recente, e estão relacionadas a uma dada conjuntura: de lutas, a inserção no mercado de trabalho, aos movimentos feministas, numa conquista do espaço público e também da crise de paradigmas tradicionais da escrita da história, evidenciando a necessidade de novas perspectivas que dessem conta do conjunto das relações humanas.

Instituída na constatação da negação e do esquecimento a história das mulheres (surgida por volta da década de 60), este campo emergiu e ganhou maior força a partir de 1970, atrelada a explosão do feminismo, articulada ao florescimento da antropologia e da história das mentalidades, bem como da história social (com os estudos sobre a memória popular). Assim, as feministas fizeram a história das mulheres antes mesmo que as/os historiadores/as. Impulsionando debates, pouco a pouco foram se abrindo as portas dos centros universitários, aos grupos de pesquisa para abrigar reflexões e produções sobre tais questões (PRIORE, 1998, p. 220).

A história das mulheres se deu através de contribuições recíprocas entre intelectualidade e o movimento feminista. Por volta de meados da década de 70 o gênero já era utilizado por pesquisadoras como uma categoria analítica cercada de iniciativas para integrar-se a terminologia das Ciências Sociais. Ocorreu, portanto uma re-apropriação do termo “história das mulheres”, que caminhou para o “gênero”, o que para Joan Scott não implicou necessariamente na tomada de posição sobre a

desigualdade ou o poder, não constituindo uma ofensiva ou ameaça crítica a hegemonia acadêmica, pois incluiu as mulheres sem ao menos nomeá-las. Para ela os historiadores/as das mulheres não questionavam explicitamente as leis da academia, pois buscavam reconhecimento como intelectuais (SCOTT, 1992b, p. 4). O que as pesquisadoras feministas não pretendiam fazer era caminhar na mesma direção que a história tradicional, ou mesmo fazer com que a história das mulheres mais parecesse um “adendo” à história geral, feita por mulheres e totalmente a margem das produções acadêmicas. Para Mary Del Priore, a questão que necessitava ser discutida era a relação “umbilical” entre o feminismo e a história da história das mulheres, uma parte ou subproduto do outro, mas com objetos distintos.

Diante de tais impressões trazidas por Scott, já muito debatidas e questionadas, o que não podemos fazer sob hipótese alguma é minimizar o teor subversivo do que as feministas estavam propondo, pois não se tratava simplesmente de adicioná-las, ou incluí-las à história, mas sim de construir um novo paradigma do conhecimento, pois ao se sugerir uma história das mulheres e posteriormente a categoria relacionais gêneros já estavam de antemão suscitando modificações à história, questionando os parâmetros científicos definidores de quem poderia ou não ser sujeito do conhecimento, do que poderia consistir como conhecimento ou mesmo do que poderia ser conhecido (SARDENBERG, 2002, p. 93), assim estávamos subvertendo as regras sobre as condições da produção do conhecimento, as suas bases conceituais e premissas epistemológicas, provocando rupturas aos padrões normativos científicos. Paralelamente as incertezas que a história tradicional ganhava nesses tempos, devido às inflexões ainda que discretas, mas definitivas em sua trajetória, tanto na área da etnologia, quanto da história (PRIORE, 1998, p. 221).

Para termos uma real dimensão do que estava sendo proposto, devemos considerar a trajetória percorrida pelas feministas, os impasses e avanços conquistados. Sem perder de vista o diálogo permanente estabelecido entre o movimento e o pensamento feminista: a teoria e a práxis política.

Mesmo que os/as historiadores/as das mulheres não buscassem diretamente questões referentes à origem dessas desigualdades na produção do conhecimento, os seus trabalhos implicavam em entender os processos históricos construídos em que “as ações dos homens vieram a ser consideradas uma norma, representativa da história

humana em geral, e as ações das mulheres foram submetidas, subordinadas ou consignadas a uma arena particularizada” (SCOTT, 1992b, p. 23), já que as ciências reproduzem e/ou legitimam essas assimetrias sociais.

Reivindicar a importância da trajetória da mulher na história significa ir de encontro às tradicionais abordagens históricas, romper com as “verdades” estabelecidas. Onde as ações e experiências das mulheres, não poderiam ser adicionadas em forma de Complemento num contexto construído sob os pressupostos do sujeito universal masculino (enquanto uma categoria homogênea). Ou de forma suplementar, em várias teses no período, historiadores recorriam a capítulos extras sobre as mulheres, numa “espécie de generosa esmola com que se premiava a nascente movimento feminista” (PRIORE, 1998, p. 221).

Era preciso uma redefinição teórico-metodológica que desafiasse as premissas disciplinares, que lançasse mão de uma nova leitura da realidade social, na perspectiva relacional das vivências coletivas dos sujeitos sociais, daí a origem da categoria ou leitura social de gênero.

A princípio “gênero” foi desenvolvido e utilizado em oposição ao “sexo”, para descrever o que é socialmente construído em referência ao masculino e ao feminino, e em oposição ao que é biologicamente dado. Numa rejeição explícita a idéia de fincar à biologia as raízes das diferenças entre mulheres e homens (base do essencialismo). O conceito de “sexo” até então colaborava com a idéia da imutabilidade dessas diferenças e com as raras possibilidades de mudanças. No entanto, as feministas da virada da década de 60 para a de 70 se re-apropriaram do conceito de “sexo” como constitutivo do “gênero”, concebendo-o como suplementar ao conceito de sexo, incorporando o biológico como a base sobre os quais os significados socioculturais são constituídos (NICHOLSON, 2000).

Na década de 80 os estudos feministas concretizaram a incorporação do gênero, no contexto da “a emergência da história das mulheres como um campo de estudo que envolveu, como anteriormente dito, uma “evolução” do feminismo para as mulheres e daí para o gênero; ou seja, da política para a história especializada e daí para a análise” (SCOOT, 1992c, p. 65). É imprescindível ainda frisar que existe uma ampla literatura envolvendo o conceito de gênero, gestada nos espaços acadêmicos, nas ONGs feministas e não feministas, por entidades internacionais e no aparelho do Estado. E em

decorrência dessas apropriações, que são dirigidas inúmeras acusações ao esvaziamento do seu conteúdo político, adequado as mais variadas concepções ideológicas, refletindo-se na redução a depender das circunstanciais de sua potencialidade de transformação.

Já em relação ao Brasil é somente a partir de 1987 que a proposta dos estudos feministas como “substitutivos” dos estudos das mulheres possibilitou dar maior percepção à configuração histórica as gerações do movimento feminista e à produção acadêmica, diferentemente do ocorrido nos EUA e Europa. Julia Kristeva identifica três gerações de feministas em que se dá esta articulação: a do igualitarismo, a da especificidade e/ou diferença radical e a da multiplicidade de diferenças e alteridades (MACHADO, 1992).

É importante ressaltar que o feminismo como um movimento social, questionou a hegemonia masculina e dessa forma construiu as suas bases políticas, pautando as suas intervenções na ocupação de espaços entronizados pelo androcentrismo. A academia é um dos lócus estratégicos da luta das mulheres; por produzir e reproduzir conhecimentos, idéias, discursos que respaldam as relações desiguais de poder: invisibilizando-a, e reforçando os estereótipos entre os “sexos”.

O processo de apropriação e transformação do conhecimento científico implicou na construção de trajetórias individuais e coletivas das relações de gênero, transgredindo limites e fazendo incursões em territórios “proibidos”, estabelecendo relações entre o público e privado², incorporando o cotidiano e, portanto, re-significando os espaços e as relações interpessoais, travando um embate, no campo da idéias e das relações sociais entre os sexos.

Sobre isso Maria Zilda Matos pontua: “Os perfis de comportamento feminino e masculino definem-se em função um do outro. Esses perfis se constituem social, cultural e historicamente, num tempo e espaço e cultura determinadas” (SAMARA; SOHIET; MATOS, 1997, p. 97). Assim o conceito de gênero é relacional, uma maneira de indicar as construções sociais sobre os papéis próprios aos homens e as mulheres.

Gênero tem sido, desde 1970, o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual. Foi inicialmente utilizado pelas feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indica uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero se torna, inclusive, uma maneira de

indicar as “construções sociais”-a criação inteiramente social das ideais sobre os papéis próprios aos homens e as mulheres (SOIHET, 1997, p. 279).

O gênero é uma forma de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando as (os) historiadoras (os) procuram construir conhecimento histórico a partir do conceito de gênero, legitimam e constroem as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política (SCOTT, 1992a). Gênero seria o conhecimento sobre a diferença sexual, ou seja, uma leitura social que estabelece significações as diferenças corpóreas percebidas historicamente, tratam-se, portanto de diferenças socialmente construídas sobre o “masculino” e o “feminino” que se expressam dentre outras maneiras, na divisão sexual do trabalho, nas relações de poder, no âmbito doméstico, na produção e reprodução. Sendo, portanto, uma categoria de análise histórica, constitutiva das relações sociais.

Historicamente vivemos numa sociedade em que dominam relações de gênero patriarcais, em que as construções simbólicas e as elaborações culturais se materializam em práticas sociais hierarquizadas, no caso o masculino sobrepõe-se ao feminino, resultando numa condição de prestígio, privilégios e poder maior para os homens e numa situação de subordinação para as mulheres, que por sua vez se edifica e se reproduz em relações de trabalho, produção e reprodução baseadas na diferenciação entre os sexos. Dessa forma podemos pensar que as identidades sexuais não são dados inerentes à biologia dos sexos e sim construções sociais, históricas e culturalmente específicas, passíveis de transformação (SARDENBERG, 1998). São os seres humanos que escolhem o seu próprio gênero (SAFFIOTI, 1992, p. 188), já que estes não são sujeitos passivos, contudo isso se dá com premissas e em condições muito determinadas, ou seja, de acordo com os termos sociais disponíveis, e nos contextos históricos vivenciados. Dessa forma, o gênero dá ênfase a um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado por este (SCOTT, 1992a).

A categoria de análise histórica gênero propicia um diálogo interdisciplinar, e a articulação com outros conceitos na perspectiva de estabelecer uma nova interpretação da realidade social, incorporando a ação de homens e mulheres em seus respectivos

contextos. “O conceito de gênero como forma sócio-histórica de desigualdade entre mulheres e homens chama atenção para outras categorias de diferença que se traduzem em desigualdade, tais como raça e classe, e coloca a questão de como elas se cruzam” (STOLCKE, 1991, p. 104). É importante notar que a organização de gênero constrói duas visões de mundo, em que a perspectiva da mulher e seus interesses divergem do ponto de vista do homem e, por conseguinte dos interesses deste. Uma vez que essas experiências adquirem um colorido de gênero articulado com o de classe e raça-etnia promovendo elementos comuns, mas também diferenças. O que nos permite considerar que a vida não é vivida da mesma forma pelos sujeitos históricos.

Em se tratando dos historiadores da classe operária, estes situam a sua trajetória acadêmica entrecortada com a militante, num encontro entre a política e a academia, entre compromissos com a teoria e a prática, buscando interpretar o mundo e transforma-lo. Em função disso, a maioria dos estudos sobre a classe operária originou-se de dentro ou de áreas próxima dos movimentos operários, sendo em grande parte produzidos por lideranças dos movimentos, dirigentes sindicais ou de partidos políticos, sem ligação acadêmica, mas com grande teor panfletário. Destaco neste campo de pesquisa, o trabalho não universitário, mas de grande valor: A Formação da Classe Operária Inglesa de E. P. Thompson. Produzido enquanto era professor de educação de adultos do movimento operário, e que somente após a publicação tornou-se professor universitário (HOBSBAWM, 1987, p. 16).

Hobsbawm chama atenção para a história operária construída de dentro do movimento e em certa medida fora das universidades pela recorrente tendência de identificar ou confundir “classes operárias” com “movimento operário” ou mesmo com organizações e partidos políticos o que segundo ele pode sucumbir à história das classes trabalhadoras a suas organizações, outra questão levantada é referente ao papel histórico atribuído aos movimentos operários, lhes concedendo uma importância extremada, acarretando um auto-isolamento em relação ao resto da história, e por fim a história clássica do movimento operário que tendeu a produzir um modelo, como versão oficial da história.

A produção historiográfica sobre os movimentos operários e/ou sindicais no Brasil ganha fôlego a partir da década de 60 com os primeiros trabalhos acadêmicos. Neste primeiro momento, permeados de modelos explicativos e generalizações

(CASTELLUCI, 2001), que não davam conta da complexidade e dinâmica dos movimentos operários e sindicais, além dos trabalhos terem como centralidade as movimentações operárias em São Paulo e Rio de Janeiro, como uma espécie de paradigma da história das lutas sociais no período. O que não dialoga com as especificidades conjunturais, regionais da formação da classe trabalhadora baiana e as suas formas de intervenção social e política. Ao identificar tais lacunas historiográficas buscamos “reconstruir” as relações de gênero no contexto das greves a partir de uma nova abordagem teórico – metodológica.

A história social da classe trabalhadora com o entrecortar de gênero requer a utilização de metodologias, que abarquem outra concepção de história, que dialogue o geral com o específico. Pois são também nas relações particulares e tão complexas que se produzem hierarquias entre os sexos, refletindo-se nas divisões e desigualdades, bem como em vivências e experiências distintas, nos permitindo identificar necessidades e interesses diferentes ou até mesmo conflitantes entre homens e mulheres, mesmo quando membros de uma mesma classe (SARDENBERG, 2002, p. 136).

Para Thompson a classe social é resultado das dessas relações sociais, das experiências que se articulam e desdobram em identidades comuns, em formas de lutas e organizações, sobretudo porque a consciência é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais, encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais (THOMPSON,1987). Para Hobsbawm as relações de classe qualquer que seja a sua natureza, são relações entre classes ou camadas que não podem ser analisadas isoladamente ou apenas em termos dessas divisões. O que implica o conhecimento do que são as sociedades e de como funcionam, em termos das relações estruturais.

Ao relacionar gênero e classe buscamos caminhos que nos auxiliem no processo investigativo do nosso objeto, orientando uma quebra de paradigmas ao conceber classe a partir das relações sociais de produção e reprodução, distanciando-nos de uma visão mecanicista e ortodoxa da história. Entendemos que uma classe constitui-se historicamente quando seus membros se identificam, têm interesses comuns. Desta sorte uma classe não se constitui sem sua inerente dimensão política, que consiste basicamente, na identificação dos interesses comuns, e mais do que isto, do antagonismo, que a separa de outras classes (SAFFIOTI, 1992, p. 200).

O conceito de classe tem importância central na teoria marxista, a concepção de classe é o ponto de partida de um sistema teórico para compreender a luta de classes como força motriz da história. Marx em suas análises apresenta a classe operária engajada na luta contra o capital e a classe burguesia, estabelecendo uma distinção entre situação objetiva de uma classe e a consciência subjetiva dessa situação, isto é a condição de classe e a consciência de classe. Muitas questões levantadas acerca deste conceito remetem a não captação do lugar das mulheres na produção, já que as relações que forjaram a sua constituição não foram pensadas também a partir do processo de reprodução social da vida. Daí a necessidade da reinterpretação do conceito no bojo do feminismo, evidenciando de que forma este deixou essa fundamental contribuição para compreendermos a formação e a estrutura de classes. “A conceitualização marxista de classes sociais foi nos anos 70, criticada pela primeira vez do ponto de vista de gênero. Mostrando como o pertencimento de classe para a mulher foi construído a partir de um referencial exclusivo, o homem” (HIRATA; KERGOAT, 1988, p. 93 e 94).

Na sociedade os homens e as mulheres têm uma situação de classe a ser determinada através da sua origem, inserção social e identidade. Assim sendo, as relações de classe como as relações de sexo, são relações estruturantes. Por isso quando afirmamos que a classe operária tem dois sexos, nos referimos às relações assimétricas que se desenvolvem a partir das diferenças entre os sexos, que por sua vez são refletidas nas práticas sociais, na consciência, representações, nas condições de trabalho e de desemprego dos trabalhadores e das trabalhadoras e como não poderia deixar de ser nas formas de luta e na especificidade das reivindicações. As classes sociais, o conflito de classes e a consciência de classe na história. Uma importante reflexão necessita ser feita Marx jamais escreveu de modo sistemático sobre o assunto. Utilizando o termo em dois sentidos distintos e de acordo com o contexto, podia significar:

aqueles amplos conjuntos humanos que podem ser utilizados sobre uma classificação segundo um critério objetivo, por manterem relações similares com os meios de produção, e, mais especificamente, os agrupamentos de exploradores e explorados que, por razões puramente econômicas, são encontradas em todas as sociedades humanas que ultrapassassem a fase primitiva comunal. (HOBSBAWM, 1987, p. 34)

Com isso não é intenção de Hobsbawm esgotar ou esvaziar o significado de classe na primeira acepção usada por Marx, mas para distingui-la da segunda, que introduz um elemento subjetivo no conceito de classe, a consciência. “Uma classe, em si acepção plena, só vem a existir no momento histórico em que as classes começam a adquirir consciência de si próprias, como tal”. (HOBSBAWM, 1987, p. 34)

Para tanto partimos da idéia de que a dinâmica da formação do proletariado urbano só pode ser entendida se enfocarmos os mecanismos internos de funcionamento do capitalismo e do patriarcalismo; sistema de dominação em que o homem é o centro da sociedade, ou do conjunto das relações sociais que organiza, estrutura e determina maior poder, prestígio e privilégios de um “sexo” sobre o outro, legitimando a opressão e a subordinação das mulheres. Só assim podemos entender que é da relação patriarcal articulada às relações de classe do sistema capitalista que o homem emerge como provedor; o principal ganha-pão familiar, e a mulher como trabalhadora complementar.

A relevância do entrecortar das determinações de gênero nas de classe permite-nos uma nova perspectiva sobre os caminhos percorridos pelas mulheres nas fábricas, nos sindicatos, nas greves (...), retracando os passos da sua trajetória que o viés androcêntrico da historiografia não nos permitiu vislumbrar.

Podemos pensar a experiência de classe assim como a de gênero como instrumento para a tomada de consciência, sabendo que as mulheres e os homens vivenciam diferentemente essas experiências, mesmo quando pertencentes a uma mesma classe social. Essa compreensão deve ser entendida em termos estruturais (relação infra e superestrutura).

O sentimento de pertencimento e a consciência de classe são forjados a partir das experiências comuns, das vivências coletivas, porém distintas, da construção de sentimentos e identidades comuns entre os “sexos” na dinâmica das relações sociais de produção de bens e reprodução da vida. A classe trabalhadora é sujeito de sua própria história, e por isso a ênfase dada à questão da experiência de classe e do fazer de uma cultura de classe.

Assim, pensar em termos de unidade de classe, só é possível ao considerarem as relações entre os sexos, como relações sociais fundantes que se entrelaçam, contradizem, articulam, e dinamizam todos os campos do social, atravessando e

intervindo nas estruturas da sociedade, pensando as relações entre os sexos como “classistas”, assim como as de classe são “sexuadas”.

Historicamente, o movimento operário colocou a questão da opressão feminina num plano secundário, a grande causa que precisaria ser enfrentada era o fim da exploração do “homem pelo homem” e assim do antagonismo de classe. Para tanto toda classe operária deveria estar integrada a causa comum de todo trabalhador. Sobre a justificativa de garantir a unidade, assim defendia-se a separação das lutas, como se fosse possível tratar isoladamente das funções socialmente dirigidas ou identificadas às mulheres como esposas, mães e operárias (extensão das suas funções domésticas). Fragmentando-as, subordinando-as, definindo e legitimando a separação dos espaços privado do público, e nas esferas da produção e da reprodução.

Zillah Eisenstein apesar de considerar ser de extrema relevância a análise marxista, por esta proporcionar uma análise de classe, entretanto, segundo esta autora, as mulheres em O Capital não tem existência como sexo social, mas fazem parte como outras categorias do exército de reserva industrial, invisibilizadas em todo o processo necessário a renovação da força de trabalho e reprodução do capital. Em seus estudos a autora articula dois sistemas: patriarcado e capitalismo, utilizando-se da expressão ‘patriarcado capitalista’, “para acentuar uma relação dialética que se reforça mutuamente entre a estrutura de classes capitalista e a estruturação sexual hierarquizada” (EISENSTEIN, 1986, p. 15). A compreensão desta interdependência é importante para compreender de que forma se articulam e se reproduzem as assimetrias sociais entre os sexos.

O patriarcado está entronizado nas práticas sociais e mesmo sendo um sistema anterior ao capitalismo, é parte constitutiva de um macro-sistema, que reedifica as desigualdades de classe, gênero, raça e geração. O capitalismo não gerou o patriarcalismo, mas o capitalismo utiliza, alimenta e reforça na sua estrutura de relações desiguais de poder, fazendo-o parte de sua própria dinâmica. Sem com isso estabelecer nas análises qualquer tipo de hierarquia ou determinismo entre o capitalismo e o patriarcado.

O diálogo com as fontes empíricas e a bibliografia sobre gênero e classe pressupõe dar voz aos historicamente oprimidos e silenciados, o que implica em olhar, ouvir e escrever sobre os processos históricos enfocando as relações sociais entre

mulheres e homens, identificando o papel da classe trabalhadora, relacionando a sua constituição histórica, a sua realidade e assim identificando a sua capacidade de organização, mobilização e transformação da realidade social. Sua percepção de mundo e mecanismos de resistências e luta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.

ARAS, Lina, SARDENBERG, Cecília, VANIN, Iole (Org.). **Fazendo Gênero na Historiografia Baiana**. Salvador: NEIM/UFBA, 2001.

BATALHA, Cláudio H M. **O Movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

COMBES, Daniele & HAICAULT, Monique. “Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes” In: KARTCHEVSKY-BULPOR, A. (org.), **O Sexo do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIAS, Maria Odília Leite da Silva. “Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças”. In.: **Revista Estudos Feministas**, Vol. 2, N. 2, 1994.

DIAS, Maria Odília Leite da Silva. **Cotidiano e Poder**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

EISENSTEIN, Zillah R. “Hacia el desarrollo de uma teoria de patriarcado capitalista y o feminismo socialista” In: ____ (org.), **Patriarcado Capitalista y Feminismo Socialista**. México, D.F: Siglo XXI, 1980.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

HARAWAI, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In.: **Cadernos Pagu**, nº 22, 2004.

HOBSBAWM, ERIC J. **Os trabalhadores: estudos sobre a história do Operariado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOBSBAWM, ERIC J. **Mundos do Trabalho: Novos Estudos Sobre História Operária**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

KOLLONTAI, Alexandra. **A Crise da Família. Marxismo e Revolução Sexual**. São Paulo: Global, 1982.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **A Operária Metalúrgica**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1984.

LUXEMBURGO, R. **Greve de Massas, Partido e Sindicato**. São Paulo: Kairós, 1979.

MACHADO, Lia Zanotta. "Feminismo, academia e interdisciplinaridade." In: COSTA, A. O. & BRUSCHINI, C. (orgs.). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

MARX, Karl e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 2. ed. São Paulo, 1998.

PAMPLONA, Marco A. A historiografia sobre o protesto popular: uma contribuição para o estudo das revoltas urbanas. In.: **Revista Estudos Históricos**, nº 17. CPDOC FGV, Rio de Janeiro, 1996.

PINTO, Céli Regina. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto Sujeito político. In COSTA. Albertina e BRUSCHINI, Cristina (org.). **Uma questão de Gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas. 1992.

PRIORE, Mary Del. Historia das Mulheres: as vozes do silêncio. In Freitas (org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**. A Utopia da Cidade Disciplinar: Brasil 1890-1930: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. 'Epistemologia Feminista, Gênero e História'. In: PEDRO, Joana M e GROSSI, Miriam P. (org.), **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998.

ROSALDO, Michele. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. IN____& LAMPHERE, Louise (orgs.), **A mulher, a Cultura e a Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth, "Rearticulando Gênero e Classe". In COSTA. Albertina e BRUSCHINI, Cristina (org.). **Uma questão de Gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas. 1992.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na sociedade de Classes: Mito e Realidade**. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SAFFIOTI, Heleieth. **Emprego Doméstico e Capitalismo**. Editora Vozes: Petrópolis, 1978.

SAMARA, Eni de Mesquita; SOHIET, Raquel e MATOS M. Izilda S. de. **Gênero em Debate**. Trajetórias e Perspectivas na Historiografia Contemporânea. São Paulo: EDUC, 1997.

SARDENBERG, Cecília M. B. e COSTA, Ana Alice A. Feminismos, Feministas e Movimentos sociais. In: BRANDÃO, Margarida e BINGHEMER, Maria Clara (org.). **Mulher e Relações de Gênero**. São Paulo: Loyola, 1994.

SARDENBERG, M. Cecília, **O Enfoque de Gênero: Fundamentos Teóricos e Aspectos Práticos**, NEIM/UFBA.

SARDENBERG, Cecília M. B. Um Diálogo Possível entre Margaret Mead e Simone de Beauvoir. IN: MOTTA, Alda; SARDENBERG, Cecília; Márcia (orgs.), **Um diálogo com Simone de BEAUVOIR e Outras Falas**. Salvador: NEIM/UFBA, 1999.

SACKS, Karen. Engels Revisitado: a Mulher, a organização da Produção e a Propriedade Privada. In: M.Z. Rosaldo e Louise Lamphere (orgs.). **A Mulher, a Cultura e a Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SCOTT, W Joan. “El problema da invisibilidade” In: ESCANDON, Carmem R. (org.) **Gênero e história: la historiografia sobre la mujer**. México: Instituto Mora, 1992 a.

SCOTT, W Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1992b.

SCOTT, W Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992c.

SCOTT, Joan W. **A cidadã paradoxal**. As feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**. Ensaios de Teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus. 1997.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹ Graduada em História pela Universidade Católica do Salvador UCSAL. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPGNEIM da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Estrada de São Lázaro/Federação. E-mail: van.rev@ig.com.br.

² O espaço público: por excelência o lugar da história, arena privilegiada das questões políticas e econômicas e esfera privada: referente ao espaço doméstico/familiar. (PINTO, 1992).

Artigo Recebido em 22 de dezembro de 2008.

Aprovado em 17 de abril de 2009.